

Resumo: O tema central das religiões bíblicas é a Aliança sagrada que fundamenta a fé e a ética, reveladas por Deus. Começando com a instituição da antiga Aliança no Sinai, e continuando com a nova Aliança de Jeremias, surge uma inovação com a nova e eterna Aliança de Cristo. A novidade está no Mediador divino e, na dimensão universal, com o papel da Igreja em função do Reino de Deus. O capítulo final desenvolve o assunto do meio ambiente como âmbito de convivência dos fiéis e dos cidadãos da sociedade civil num desafio de superar o indiferentismo religioso e reverter o dinamismo da violência.

Abstract: The central theme of the biblical religions is the sacred covenant as the basis of faith and ethics, revealed by God. Beginning with the institution of the old covenant at Sinai and continuing with the new covenant of Jeremiah, an innovation is introduced with the new and eternal covenant of Christ. The novelty consists in the divine mediator and in the universal dimension, which is carried on by the Church due to its service for the benefit of the Kingdom of God. The final chapter develops the subject of the environment of the faithful and the citizens of civil society facing the challenge to overcome religious indifferentism and to reverse the spiral of violence.

Religiões bíblicas baseadas na Aliança Sagrada

*Luis Stadelmann, SJ**

* O autor, Doutor em Língua e Literatura Semítica, Cincinnati, e Mestre em Ciências Bíblicas, Roma, é Professor no ITESC.



Introdução

Tanto o judaísmo como o cristianismo insiste seguidamente sobre o lugar central da Aliança sagrada, cuja essência constitui a religião bíblica, incorporada depois na celebração litúrgica. Nela os rituais e as instituições estão relacionados entre si e expressam a fé em Deus como Ser Absoluto pessoal, moral e exclusivo. Em outras palavras, a presença de Deus não era um assunto da categoria da universalidade das verdades e dos valores absolutos e autônomos, mas da revelação divina no contexto da religião judaico-cristã¹. Os fiéis, agraciados com a relação estreita com Deus, concretizaram tal relação fundamental constitutiva na história, nos espaços diversos da vida em convivência social, e traduziram-na em variadas formas de solidariedade, em conformidade com regras morais, transmitindo-a em múltiplas estruturas religiosas, aplicando-a na organização dos habitantes, não propriamente em grupos de interesses afins e tendências homogêneas, mas em comunidade de fé e comunidade ética. Não é de admirar-se, pois, que a instituição da Aliança divina tenha inspirado o lema da “Fraternidade e Meio Ambiente”, para a vivência eclesial promovida pela Campanha da Fraternidade de 2011.

O tema da *ecologia* é muito atual nos dias de hoje, tanto na preservação da flora e fauna, em seu habitat, como frente aos problemas causados pelo aquecimento global bem como diante da crescente demanda de energia para suprir o refluxo dos recursos naturais do modelo progressista de desenvolvimento urbano e industrializado. Não menos desafiante que a ecologia ambiental é a preocupação com a defesa da *ecologia humana*, gerando implicações eclesiais na integração social dos fiéis na comunidade cristã. Sua incorporação tem por finalidade o desempenho da nobre missão de se tornarem portadores dos dons salvíficos para todos os povos, e de servirem como paradigma de salvação à humanidade. Para solucionar os graves problemas do nosso tempo, propomos uma abordagem de temas relevantes da Bíblia, capazes de abrir-nos à criatividade de nossa iniciativa.

¹ Diversos tipos de religião: 1º *religiões de integração* (povos primitivos, siberianos, ameríndios, indígenas brasileiros, oceânicos, australianos, africanos); 2º *religiões de servidão* (antigo Egito, Mesopotâmia, indo-europeus: celtas, eslavos, germanos, gregos, romanos, semitas: cananeus, antiga China, Japão, astecas, mayas, incas); 3º *religiões de libertação* (de Mani, gnosticismo, antiga Índia, hinduísmo, budismo, jainismo, budismo chinês, budismo japonês, budismo tibetano, confucionismo); 4º *religiões de salvação* (masdeísmo, judaísmo, cristianismo, islamismo). Cf. W.O. Piazza, *Religiões da Humanidade*, Ed. Loyola, S.Paulo, 2a. ed., 1991.



1 A instituição da antiga Aliança no Sinai (Ex 19-24)

A “Aliança” sagrada é uma das duas colunas da religião de Israel, e tem sua origem na revelação de Deus ao Povo Eleito no monte Sinai². Igualmente, a outra coluna é a “Eleição” divina, dando origem à comunidade consagrada a Deus: “*Tu és um povo consagrado ao SENHOR, teu Deus. O SENHOR teu Deus te escolheu dentre todos os povos da terra para seu povo particular*” (Dt 7,6). Neste texto da revelação bíblica encontramos a origem e finalidade do Povo Eleito, incumbido de servir de *paradigma* da atuação de Deus para outros povos:

Entre as nações se comentava:

“O SENHOR fez por eles maravilhas”.

*Maravilhas o SENHOR fez por nós,
e ficamos jubilosos (Sl 126,2-3).*

No NT se alarga o âmbito da atuação de Deus para o mundo inteiro, pela colaboração dos cristãos como instrumento de *mediação* da salvação divina. Cabe-lhes exercer a nobre tarefa de portadores de dons salvíficos para toda a humanidade (Mt 28,19). No NT (1Cor 3,9) consta a proposta que Deus faz às comunidades de fé para cooperarem com Ele na obra da redenção³.

A característica da Aliança sagrada é fundamentar a relação entre Deus e seu povo pelos laços de amizade, e não por servidão, como entre os povos pagãos em sua veneração do deus tutelar⁴. A finalidade da Aliança sagrada é de mediação da *salvação* divina dentro de dois âmbitos: na *comunidade de fé* e na *comunidade ética*. Sua vigência é perene para os fiéis do AT e do NT, mas admite uma atualização quanto ao uso dos meios, dos mediadores e das mediações na História da Salvação. Em

² É importante notar que os livros históricos e proféticos da Bíblia mencionam as montanhas ao sul da Palestina (Sinai) como a pátria da fé em Javé; cf. E. Gerstenberger, *Teologias no AT – Pluralidade e sincretismo da fé em Deus no AT*. (Trd. de N. Kilpp), Ed. Sinodal, São Leopoldo, 2007, p. 171. Destarte, a religião do AT foi revelada fora do território do antigo Israel.

³ A função da “Eleição” (vocação) divina na religião do Povo Eleito foi valorizada por W. Zimmerli, *Grundriss der alttestamentlichen Theologie*, Kohlhammer, Stuttgart, 1972, p. 35 ‘Die Erwählung Israels’, p. 35-39, mas foi descartada na teologia do AT por C. Westermann, *Fundamentos da Teologia do AT*, Ed. Academia Cristã, S. Paulo, 2005.

⁴ Entre os povos pagãos, desde a época mais remota até o presente, nunca se ouviu dizer que um deus tutelar tivesse feito uma “Aliança” com seu povo.



outras palavras, não basta ter fé em Deus, é importante, também, acolher os meios do encontro d'Ele conosco.

É de notar que a Aliança do Sinai estava associada, posteriormente, a uma religião ligada ao nacionalismo judaico. Entretanto, não é o direito de cidadania que garante aos fiéis o benefício da Aliança sagrada, pois essa não se adquire por nascimento, nem por herança, nem por osmose, mas por um ato de adesão pessoal a Deus, a fé. Aliás, o Templo, a cidade de Jerusalém, o sacerdócio e o culto religioso, tinham função assessória para canalizar as bênçãos divinas às respectivas áreas de seu alcance. Além disso, é bom lembrar que a Aliança sagrada não se reduz a uma ideia nem é mero conteúdo conceitual, cuja relevância deixaria de ser virtual, desde que a mente humana começasse a pensar nisso. Pois a eficácia dessa Aliança torna-se atual, toda vez que for ratificada pelo sacrifício oferecido na liturgia da comunidade de fé⁵.

2 A instituição da nova Aliança em Jeremias (Jr 31,31-34)

A inovação na instituição da Aliança sagrada pelo profeta Jeremias foi o desafio de renovar a vivência da religião javista de Israel, por ocasião da reforma deuteronomista promovida pelo rei Josias (em 622 a.C.). A situação política da Palestina estava muito conturbada por causa da queda do domínio assírio, no antigo Oriente Médio (em 627 a.C.), e a expansão do Império Babilônio para a Palestina, ameaçando a independência territorial do Reino de Judá. O avanço da hegemonia pagã representava sério perigo à sobrevivência da religião do Povo Eleito, ameaçada de ser apagada do mapa, se não pudesse integrar os fiéis do antigo Reino do Norte com os do Reino de Judá, para formarem uma frente unificada entre as forças de resistência ao culto dos outros deuses. Pois o antigo Reino do Norte de Israel foi extinto na conquista do país pelos assírios (em 721 a.C.), e grande parte da população foi exilada para Mesopotâmia e a Média⁶.

Entretanto, essa integração só teria êxito se o princípio de coesão fosse mais abrangente e menos político, e estivesse inserido na tradição religiosa de Israel. Nessas condições, o profeta Jeremias empenhou-se

⁵ Veja-se o rito de ratificação da nova e eterna Aliança de Cristo do NT, que se celebra em cada Missa.

⁶ Referências à deportação e ao exílio de israelitas constam na Bíblia (2Rs 17,6; 18,11). Dez das 12 tribos do Povo de Israel deixaram de existir e se perderam nas brumas do passado.



na busca de uma solução do dilema e encontrou na instituição da “Aliança” sagrada o dinamismo transcendente da fé, nos moldes da tradição israelita. Desde o início, a Aliança veio a ser uma das duas colunas da religião de Israel, e tem sua origem, por revelação divina, no monte Sinai. A finalidade da Aliança sagrada é de mediação da *salvação* divina dentro de dois âmbitos: na *comunidade de fé* e na *comunidade ética*. Sua validade é perene para os fiéis do AT e do NT. Em outras palavras, não basta ter fé em Deus: é importante, também, acolher os meios de encontro d’Ele conosco.

É bom lembrar o fato de que a Aliança do Sinai foi incrementada, no período monárquico, com elementos culturais encontrados também em religiões ligadas ao Estado. Enquanto competia ao Estado conceder o direito de cidadania aos israelitas, não cabia às instâncias do governo civil outorgar o benefício da Aliança sagrada, já que essa se adquire por um ato de fé em Deus como autor da Aliança.

O teor da nova Aliança de Jeremias contém um elemento inovador, que lhe dá um dinamismo que ultrapassa a antiga:

³¹ Um dia chegará – oráculo do SENHOR –, quando hei de fazer uma nova Aliança com a casa de Israel e a casa de Judá. ³² Não será como a aliança que fiz com seus pais quando pela mão os peguei para tirá-los do Egito. Essa aliança eles quebraram, mas continuei senhor deles – oráculo do SENHOR. ³³ Esta é a aliança que farei com a casa de Israel a partir daquele dia – oráculo do SENHOR: colocarei a minha lei no seu coração, vou gravá-la em seu coração; serei o Deus deles, e eles, o meu povo. ³⁴ Ninguém mais precisará ensinar seu irmão, dizendo-lhe: “Procura conhecer o SENHOR!” Do menor ao maior, todos me conhecerão – oráculo do SENHOR. Já terei perdoado suas culpas; de seu pecado nunca mais me lembrarei.

A novidade da Aliança tem dupla dimensão, pois se trata do seu valor perene e da finalidade de substituir a antiga Aliança do Sinai. É que a antiga tornou-se ineficaz e, por isso, uma nova Aliança precisava ser estabelecida para vincular a comunidade de fé com Javé, após o desaparecimento das estruturas do Estado (Reino do Norte e do Sul), do governo monárquico de Davi, da nação (de Israel), do Templo (o santuário nacional) e da cidade de Jerusalém (a sede do governo central), após a dissolução do Reino de Judá. Doravante haveria referência a *Sião*, por ser o centro litúrgico e lugar do altar dos holocaustos (Jr 31,6-12): lá os sacerdotes oficiariam a liturgia sagrada, ratificando a Aliança (Jr 31,14). Encontram-se aí os elementos de uma *re-*



ligião viva, baseada na liturgia do sacrifício e na instituição do sacerdócio oficiando nas celebrações de ratificação da Aliança sagrada, onde a presença de Deus é atuante na comunidade de fé.

A iniciativa de substituir a antiga por uma nova Aliança é de Javé e não de uma manobra política com laivos de religiosidade ou preferência humana. No futuro, Javé agirá diretamente sobre o coração do homem (Jr 31,33) sem consultar preferências pessoais nem responder a objeções de consciência. A Lei divina não será mais gravada sobre tábuas de pedra como regras extrínsecas, mas sobre o coração humano, como normas assumidas interiormente, sem que se tenha de ensinar (v.32-34). Notável é o novo conhecimento de Deus, porque está baseado na *experiência do perdão* dos pecados⁷ e na *expressão do louvor de Deus*. Disso resulta uma nova pedagogia de ensino, pois não se precisa de outros meios externos, como, p. ex., o ensino dos “preâmbulos da fé” ou de uma “teologia apologética” com argumentos sobre a existência de Deus (v.34). Permanecendo, todavia, completamente nacional, a religião será, pois, *personalizada*. Vale dizer que os fiéis estarão inspirados pela moção do Espírito de Deus que mora no coração deles. Não depende da imposição autorizada dos mestres da religião no ensino da fé em Javé. Entretanto, não se dispensa jamais o papel da comunidade de ensinar o conhecimento de Deus à luz da revelação, já que não é possível substituí-la por uma espécie de intuição humana, ou por ideias inatas surgindo espontaneamente do subconsciente. Na verdade, Deus tem muitas maneiras de manifestar-se à nossa alma, nunca, porém, por meio de veleidades da psique ou impulsos do capricho, ou ainda, por tendências sublimadas da natureza humana. A inspiração divina age sobre nossas faculdades superiores (intelecto e vontade), pois fomos criados à imagem e semelhança de Deus⁸.

Interessa-nos também esclarecer o significado do verbo “personalizar”, porque disso depende a origem de virtualidades do tipo intimista ou da experiência pessoal, cujo epicentro se encontra na pessoa definida, em relação com a autoconsciência. Nela se manifesta a experiência da presença de Deus, através da voz da consciência, no coração do indi-

⁷ Com base na experiência de reconciliação com Deus foi instituída a “liturgia penitencial”, com seus nove elementos constitutivos, dando origem aos Salmos penitenciais, (Sl 6; 32; 38; 51; 102; 130; 143), cf. L. Stadelmann, *Os Salmos: Comentário e Oração*, Ed. Vozes, Petrópolis, 2001, p. 44-46.

⁸ Esta *hendíadis* associa duas dimensões de autotranscendência do homem: “imagem” (hebr.: *şelem*), de ordem natural, i.e. intelecto, e “semelhança” (hebr.: *demut*), de ordem sobrenatural, i.e. graça santificante. Daí que os seres inteligentes são dotados do amor preferencial de Deus, excluindo os seres do mundo animal que estão privados de inteligência.



víduo (prevenindo, encorajando, inculcando ou felicitando), e através da expressão do louvor de Deus (pelas obras da criação e providência divina na História da Salvação). Essa presença divina não é genérica, como intuição a partir da doutrina da onipresença de Deus, mas resulta da vivência da fé na celebração litúrgica⁹.

A vantagem da nova Aliança consiste em propiciar aos fiéis uma nova forma de acesso à *presença de Deus* junto ao povo: sem Templo, sem monte Sião, sem Jerusalém, sem o respaldo das estruturas de um Estado. Mas o que realmente importa é que deve haver uma religião com práticas específicas de adoração de Deus, sem imiscuir ritos de civismo judaico. Entretanto, essa nova Aliança precisava ser ratificada por um sacrifício oferecido num rito religioso. Por isso, em qualquer conjuntura política, social ou cultural, nunca deveria faltar o ato litúrgico da oferta do sacrifício em honra de Deus e em reconhecimento pela Aliança sagrada. Apesar da destruição do Templo pelos babilônios (em 587 a.C.), continuava o oferecimento de sacrifícios sangrentos como revela a romaria de um grupo de fiéis, sobreviventes de Israel e Judá, vindos de Siquém, Silo e Samaria, para a oblação de oferendas no *altar* em Jerusalém (Jr 41,5). Embora houvesse vários lugares de culto alhures, não se oferecia aí, mas somente em Sião, o sacrifício de ratificação da Aliança.

3 Nova e eterna Aliança de Cristo

A dimensão universal da obra de redenção na História da Salvação exige um Mediador, que seja ao mesmo tempo Homem e Deus atuando no mundo. É preciso, porém, instaurar uma nova hermenêutica da universalidade que tenha alcance *retroativo*, a fim de incluir, no desígnio salvífico de Deus, todas as gerações anteriores à era cristã¹⁰. Na *Carta aos Hebreus* se confirma essa dimensão em termos de palavra, de verdade e mensagem de salvação: *os dons salvíficos para a humanidade vêm*

⁹ Em virtude da nova Aliança, revelada por Jeremias, foi instituída a liturgia de “renovação da Aliança” (Sl 50; 81; 95), após o Exílio: cf. L. Stadelmann, *op. cit.*, p. 38.

¹⁰ No Credo da Igreja Católica está incluído o artigo de fé a respeito da descida de Cristo ressuscitado à mansão dos mortos, indicando-se inclusive no texto o prazo de três dias após a morte, o sepultamento e a descida (Mc 9,31). Ora, o tríduo de eventos *post mortem* não se refere a um tempo intermédio (como se Jesus precisasse descansar em paz após os sofrimentos da agonia antes de ressuscitar), mas aponta para o anúncio da redenção às almas dos justos (1Pd 3,18-22). É que os frutos da redenção aplicam-se não só ao presente e ao futuro, mas também ao passado. Com efeito, o período de três dias representa, na Bíblia, um prazo salutar, haja vista o resgate do profeta Jonas do ventre da baleia após três dias (Jn 2,1.11), e a intervenção salvífica de Deus em favor dos israelitas, após três dias, como remate da invasão assíria (Os 6,3).



através dos cristãos (Hb 11,40). Em outros termos, a entrada dos justos no céu se deve às orações, sacrifícios e vida empenhada no compromisso dos cristãos no mundo. Esta verdade não pode ser encarecida demais na abordagem das respostas plurais para o sentido da vida eterna, e precisa da contribuição da teologia para aprofundar sua repercussão na história¹¹.

O gesto culminante de todos os gestos de doação e ações salvíficas de Cristo em prol da redenção da humanidade foi o *sacrifício* cruento na cruz. Mas, para ter eficácia, em todas as épocas da história, era preciso que Cristo instituisse também o modo *incruento* do sacrifício de ratificação da *Aliança*.

Quanto ao sacramento da *Eucaristia*, celebrada na Última Ceia, ressalta-se com este sacramento a participação nos dons sagrados da Aliança. São os frutos da redenção que redundam em benefício dos fiéis, em virtude dos méritos do sacrifício de Cristo. A diferença essencial entre o sacrifício e a Eucaristia defronta-se com paradoxos e surpresas que são da essência da obra de salvação. É que o sacrifício não se restringe ao aspecto negativo, nem a Eucaristia está relacionada apenas ao encontro de anseios positivos¹². É só pensar quanto nos preocupa o estado de pecado e a miséria humana, e quanto se almeja o enriquecimento com os dons divinos. Na verdade, os dois elementos da instituição salvífica estão intimamente ligados, visto que é durante o sacrifício da Missa que se consagra a vítima que nós comungamos.

Tal evento marcante na vida de Cristo é também o momento da confirmação do testamento sobre a redenção de toda a humanidade. É crucial para entender a importância desse evento, pois jamais se permitiu que fosse desvirtuado em mero simbolismo e fosse transmitido às gerações futuras que o converteriam em rito simbólico, senão se tornaria apenas uma referência virtual. O que se procurava implantar no cristianismo, desde o início, era o “memorial” (em grego αναμνησις – *anamnesis*) do sacrifício de ratificação da Aliança entre Deus e a

¹¹ Se faltar a explicação teológica da ação retroativa da redenção cristã, surgem crenças espúrias e totalmente fictícias. Basta mencionar um dos equívocos em voga na “Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias” (mórmons), pondo em prática a crença na redenção retroativa dos antepassados entre os mórmons mediante o mero cadastramento das genealogias de famílias e indivíduos nos anais da seita, arquivados em galerias subterrâneas nas Montanhas Rochosas dos EUA.

¹² É muito elucidativa a invocação que precede a participação na Eucaristia: “Senhor, eu não sou digno de que entres em minha morada, mas dizei uma palavra e serei salvo!” Pois a miséria humana é o motivo mais forte para Cristo aproximar-se dos que precisam da salvação divina. Por isso se acrescenta o ato de fé: “serei salvo”. Trata-se da salvação e junto com este dom recebemos de Deus muitos dons que dEle pedimos (cura, ajuda, bens materiais, quando forem necessários à nossa salvação).



comunidade cristã. Ora, a *anamnese* diz respeito diretamente à glória de Deus, como *Autor* da Aliança, e ao mesmo tempo refere-se a Cristo como *Mediador* dessa Aliança¹³. Sempre é necessário lembrar que, desde o início da Igreja nascente, continua em vigor, entre as comunidades cristãs, a celebração da S. Missa com grande apreço pelo fruto espiritual. A razão determinante é o fato de que ali os fiéis participam de uma religião viva e, por isso, convergem com assiduidade para prestar a homenagem de louvor a Deus e haurir força, a fim de assumirem a nobre tarefa de irradiar os dons salvíficos para todos os homens. Aliás, quem não frequenta a celebração litúrgica não recebe os sacramentos, mas se beneficia de sua eficácia através dos participantes. Na verdade, a Aliança sagrada se ratifica nas comunidades cristãs da Igreja, e não de forma genérica entre os redimidos do Reino de Deus. A explicação baseia-se no princípio da visibilidade, em contraste com a vivência da fé sem religião. Pois a mediação dos dons salvíficos, e o paradigma de salvação no mundo, precisam de uma *mediação* visível para realizar a obra da salvação na história, isto é, a sagrada liturgia, os sacramentos, a espiritualidade cristã vivida pelos fiéis, os ministérios eclesiais. Além disso, o lugar privilegiado da *presença* atuante de Deus é a celebração da S. Missa, porque tanto o Autor como também o Mediador da Aliança sagrada encontram-se ali na comunidade cristã (Mt 18,20), tornando-se o sacramento central na vida das pessoas e das comunidades. A inovação na instituição da Aliança sagrada consiste na vinculação dos fiéis a Cristo, mediante a participação no sacramento da *Eucaristia* e não por meio da recordação de uma ideia que evoca a Última Ceia. Outro aspecto da novidade é sua duração eterna, porque os fiéis se tornam não só “filhos adotivos” em virtude da Aliança sagrada, mas também “herdeiros” e “co-herdeiros de Cristo” para sempre (Rm 8,15-17).

A maneira legítima e válida de transmitir o sacramento da Eucaristia às gerações futuras, sem alteração da forma nem do conteúdo, era instituir sacerdotes ordenados pelo próprio Cristo. Esse ministério foi conferido aos doze apóstolos para exercerem o *múnus* sacerdotal no âmbito eclesial junto às comunidades cristãs, dando-lhes o poder de tornar presente ali a oferenda sacramental de Jesus Cristo. A própria fórmula da ordenação sacerdotal tem função litúrgica: “*Fazei isto em memória de mim!*” (1Cor 11,24-25). Não

¹³ O tema da “*anamnese*” é aprofundado por Joachim Jeremias que ressalta a relação com a glória de Deus, cf. *Abendmahlsworte*, Göttingen 1967.



se trata de executar meramente um rito sagrado¹⁴ como tal, que Cristo lhes mandou realizar, e sim, de celebrar o sacrifício memorial da Sexta-Feira Santa: “*meu corpo que será dado por vós*” e “*meu sangue que será derramado por vós e por todos*” (1Cor 11,24-25). É de notar o tempo do verbo no futuro, cuja tradução entrou em vigor no Concílio Vaticano II, suplantando a preferência pelo tempo presente, com base no argumento de que a ação litúrgica comemora uma ação com eficácia em todos os tempos. O Concílio visava ressaltar a atuação de Cristo dentro da História da Salvação marcada pela continuidade e descontinuidade.

4 A comunidade de fé como meio ambiente dos israelitas e cristãos

A inovação da Bíblia é situar a Aliança sagrada no *meio ambiente* onde a comunidade de fé e a comunidade ética possam tornar visível a religião bíblica do AT e NT. É muito elucidativa a evocação das origens da fé em Javé entre os nômades semitas em contato com os trabalhadores egípcios nas jazidas de cobre na região de Timna, situada na rota das caravanas a caminho do Egito para a Arábia¹⁵. Entre os anseios de liberdade dos escravos, manifesta-se o apelo a Javé como libertador dos oprimidos. A solidariedade social entre gente oprimida passou-lhes a noção de um Deus que liberta da escravidão do Egito, e acompanha os fiéis em busca da liberdade. Existia também a estrada do mar que levava do delta do Nilo a Canaã¹⁶. Qualquer um dos caminhos oferecia grandes riscos à sobrevivência das caravanas de mercadores ou soldados marchando ao longo do mar. Mas a migração dos israelitas em busca da pátria não era uma utopia, já que fazia parte da fé na intervenção divina, pois Deus tinha “escolhido” seu povo para constituírem uma comunidade de fé por ocasião da celebração da Páscoa no Egito (Ex 12). A razão do Êxodo era dupla: a celebração da Páscoa em honra de Javé, fora do domínio de um deus pagão (Ex 5,1-3), e a libertação do Povo Eleito da escravidão (Ex 14). No caminho para a Terra Prometida, Deus realizou sua intervenção providencial em favor do seu povo por meio da proteção da vida em face da morte, em quatro situações de risco extremo: pela *fome* (Ex 16), pela *sede* (Ex 17,1-7); pelos *inimigos* (Ex 17,8-16), pela *divisão* interna

¹⁴ Veja-se o artigo de Jung Mo Sung, “Eucaristia: memorial ou rito sagrado”, em *Convergência*, Ano 43, Nº 411, Maio 2008, p.328-336.

¹⁵ Cf. E. Gerstenberger, *op.cit.*, p. 171-177.

¹⁶ Cf. E. Zenger, *O Deus da Bíblia*. Estudo sobre os inícios da fé em Deus no AT, (Trd. de E.M. Pereira Glenck), Ed. Paulinas, S. Paulo 1989, p. 92-103.



(Ex 18). Eram esses os fatores servindo de evidência e comprovação aos fiéis de que Javé era o Deus Altíssimo (*'eliôn*) exercendo o poder divino (Sl 78,35), e não mera projeção das aspirações humanas. O período do duro itinerário do Êxodo, desde o Egito até a Palestina, durou quarenta anos (Nm 14,33), a duração de uma geração (Sl 95,10). O desgaste das forças vitais foi tamanho, que ninguém sobreviveu, senão os filhos da nova geração que adotaram o estilo de vida de seminômades ao entrarem na Palestina. A motivação de sua migração inspirava-se no anseio pela libertação da escravidão, buscando a liberdade do povo na Terra Prometida. Entretanto, eles eram ádvenas na Palestina, procurando o re-assentamento em meio a outras populações¹⁷. O único desafio era localizar as fontes de água às quais era facultado acesso para os novos povoados e os rebanhos. Era essa a *conquista* desses migrantes: terra para a convivência dos grupos sociais, e tolerância dos habitantes locais para levarem a vida sem hostilidade e agressão. Não é de admirar-se que, desde então, os israelitas evoquem os inícios de sua pátria como dádiva de Deus que lhes garantia a posse da Terra Prometida. De modo algum era isso objeto de uma *utopia* coletiva, e tampouco tornou-se um Éden ou Eldorado e muito menos um Shangri-lá¹⁸. Não era um reduto de seminômades ou migrantes apátridas, designados *hapiru*¹⁹ que defendessem, com unhas e dentes, o solo de sua conquista, mas desde sempre era dom de Deus, porque jurou dar a posse da terra a seu povo, pelo fato de ser “Terra do SENHOR”, em hebr. *'ereš 'adonay* (Os 9,3).

A Terra Prometida era o habitat do Povo Eleito. Doravante, os israelitas tinham dois endereços: o país e a comunidade de fé. Os laços de pertença ao lugar de moradia davam-lhes sua identidade sociológica, e o direito de cidadania. Surge a pergunta pela razão de os israelitas se organizarem em tribos, clãs e famílias. A resposta é, em parte, sociológica, pelo fato de serem grupos com uma origem comum, mas com descendência de ancestrais distin-

¹⁷ As terras estavam ocupadas pelos amorreus, hititas, fereseus, cananeus, heveus e jebuseus (Ex 23,23), e por isso não havia uma alternativa senão infiltrar-se na região de Canaã ocupando as terras devolutas e os terrenos situados entre as áreas agrícolas e as bandas das estepes margeando o deserto.

¹⁸ A designação simbólica da *Terra Prometida* em termos de uma “*terra que mana leite e mel*” (Ex 3,8) tem o significado relacionado às condições de vida bastante precárias dando subsistência apenas a uma população de poucos habitantes e sem os recursos da agricultura, como era típico nas histórias dos Patriarcas e em épocas após a devastação pelas guerras.

¹⁹ Os *hapiru* eram migrantes apátridas em busca de emprego e não possuíam coesão social nem tradições religiosas, mas tinham uma analogia com esses grupos do Egito e da Mesopotâmia, cf. E. Gerstenberger, *op.cit.*, p. 140-142.



tos configurando-os em unidades sociais coesas em torno de uma figura com autoridade reconhecida por todos. Era um aspecto da *ecologia social* que dava identidade à população israelita na Palestina. Na Bíblia acrescenta-se o fator de cunho religioso com a função de transmitir a bênção divina, significando a força da fecundidade, explicitada no *Livro do Deuteronômio* (Dt 28,4) em termos de bênção do ventre (filhos) e da saúde, bênção do rebanho (gado), e bênção da terra (colheita), acrescentada posteriormente, no período da vida sedentária. Havia uma norma comum para os cidadãos de exercerem uma atividade produtiva e não de mera subsistência em vista do ônus da assistência social aos membros de famílias carentes e aos deficientes. Pois o valor humanitário de uma sociedade se mede pelo auxílio aos familiares necessitados, e não meramente pela filantropia esporádica. Nos governos da Antiguidade não existia o ministério da assistência social. A divisão em tribos, clãs e famílias tinha o papel de dar o aval de pertença ao Povo Eleito somente àqueles que frequentavam o culto religioso e viviam de acordo com as exigências religiosas e éticas.

A *ecologia religiosa* enfrentava o problema da pluralidade de deuses tutelares dos diferentes povos de Canaã, com sério perigo de contágio de suas crenças com a religião javista²⁰. A reação não se fez esperar, pois surgiram os profetas que orientavam os israelitas na fidelidade à fé e ao desígnio de Deus na História da Salvação. O dinamismo na vivência da fé produziu a *ecologia espiritual* entre as comunidades de fé, perceptível ao longo dos séculos como fruto da reza dos Salmos na liturgia, e da espiritualidade vibrante na prática de uma religião viva.

Para os judeus exilados em terras estrangeiras, impôs-se um novo critério de convivência desde o período do Exílio (587 a.C.). De modo algum se permitiu às comunidades seguir o lema *Ubi bene, ibi patria* (Cícero), visando um individualismo sem laços de pertença à família, parentela ou grupo social, à mercê de uma miscigenação sem identidade cultural e religiosa. Tampouco deveriam assumir uma atitude de rejeição exclusivista diante dos cidadãos do país, com o pretexto de criarem uma sociedade alternativa. Com efeito, a clarividência do profeta Jeremias foi providencial ao enviar uma carta aos judeus com a exortação:

⁵ Construí casas e instalai-vos, plantai pomares e comei seus frutos. ⁶ Casai-vos e gerai filhos e filhas, tomai esposas para os vossos filhos e dai as filhas em casamento, a fim de gerarem filhos e filhas; multiplicai-vos e não dimi-

²⁰ Cf. E. Gerstenberger, *op. cit.*, cap. 8.5: "A religiosidade popular" p. 309-313.



*nuais!*⁷ *Procurai o bem-estar da cidade para onde vos deportei; rogai por ela ao SENHOR, porque de seu bem-estar depende o vosso (Jr 29,5-7).*

Sua missão na vida era testemunhar o *modus vivendi*, típico dos fiéis do Povo Eleito, a fim de configurar sua inserção no mundo como paradigma de salvação para todos os povos. Era esse o lema das comunidades judaicas da diáspora (διασπορά)²¹.

A característica de *premência* esteve presente desde o início da tradição bíblica, incentivando a configuração do meio ambiente segundo os parâmetros de uma ecologia abrangente de alcance pessoal e comunitária. Na atualidade, impõe-se novamente a ingente tarefa de dobrar os esforços para alcançar os objetivos autênticos e eficazes no mundo, já que forças deletérias estão atuando para transtornar o processo civilizatório dos povos por meio da destruição em massa, inspirada na violência²².

Em pauta está o islamismo, inserido no rol das religiões de salvação, mas passando por uma transformação radical. É que o Islão foi sequestrado pelos grupos islâmicos fundamentalistas, deturpando-o em mera ideologia religiosa como meio de coação para mobilizar grupos fanáticos a serviço de uma causa. Os adeptos desse movimento se auto-denominam como *taliban*, “estudantes”²³, porque se concentram apenas nas passagens ultra-agressivas dos “versículos da Espada”, inseridos no Alcorão e ajuntando alguns parágrafos truncados do mesmo teor. Fora disso, os estudantes conhecem apenas uma coisa: a guerra. Imbuídos dessa mentalidade, têm diante de si o perfil de Alá como justiceiro e vingador. Os líderes são os “*imames*” semi-analfabetos, vindos das montanhas e infiltrando-se na cidade de Cabul, a capital de Afeganistão (em 1994)²⁴. São esses os mestres do ensino islâmico, alterando, porém, profundamente, a própria tradição muçulmana, e mudando a *religião de salvação*, em *religião de servidão*, inspirada por uma só ideia: a ira de Alá.

²¹ Comunidades judaicas existiam não só na Mesopotâmia, mas também no Egito (em Elefantina), na Ásia Menor e alhures na região do Mar Mediterrâneo. Nas viagens apostólicas, Paulo Apóstolo teve inúmeros contatos com muitas comunidades judaicas.

²² A destruição das torres gêmeas do World Trade Center em Nova York, em 11 de setembro 2001, ocasionou como que numa reação em cadeia outros atos terroristas pelo mundo todo.

²³ O substantivo “estudante” em árabe é *talib*, mas no plural é *taliban* em “pachto”, a língua falada no Afeganistão, cujo tronco linguístico é composto de elementos semitas (árabe) e indo-iranianos (persa). Na língua persa, consta o plural do nominativo e do acusativo sempre com a mesma terminação “a”, por causa do sincretismo dos casos; não existe portanto o nominativo no plural *talibun*, como no árabe; cf. Roland G. Kent, *Old Persian, Grammar, Texts, Lexicon*, Ed. American Oriental Society, New Haven, 1961, § 254.

²⁴ Cf. Frederick Forsyth, *O Afegão*, (Trd. de S. Gonçalves), Ed. Record, Rio de Janeiro – S. Paulo, 2007, p. 119.



A ideologia da revolta cresceu dentro do próprio país na luta contra a ocupação soviética, mas se estendeu principalmente para o Sudeste asiático e outros países, p.ex. Líbia, visando criar uma hegemonia mundial com o objetivo de acabar com a *civilização ocidental* e a *cultura cristã*.

Ao fazer teologia inter-religiosa, os cristãos ficam abertos à influência de outras religiões. Isso ampliará nossos horizontes, preparando o caminho para um diálogo para dirimir as diferenças sem desconfiança e atar laços de fraternidade entre povos e culturas sob a ação de Deus. Os caminhos de encontro com Ele são dos mais variados, mas conduzem à Sua presença desde que as pessoas estejam motivadas por uma religiosidade que consegue transcender as limitações das metas intraterrenas.

Conclusão

O tema da Aliança sagrada é o complemento necessário à reflexão teológica da libertação, por acrescentar a “teologia do abraço” às situações de conflito. Pois opressores e oprimidos devem continuar vivendo juntos, na condição de vizinhos, e ambos precisam empenhar-se pela reconciliação. A categoria da Aliança sagrada é central nas religiões bíblicas e tem influência direta sobre o *meio ambiente* do mundo social. Por um lado, serve de unificação entre os fiéis sob a égide de Deus, estreitando os laços de *fraternidade*, e estendendo-se para a sociedade civil através de atitudes de solidariedade. Por outro lado, fora do âmbito da religião, é um pretexto para a exclusão de indivíduos e grupos sociais que não são dos “nossos”. Por isso, faltando o espírito de ecumenismo, surgem tendências de excluir os estranhos e até de abominar as diferenças. Surge então o desafio de mantermos nossa identidade em meio ao acréscimo das diferenças dos “outros”, que nos enriquecem. Num abraço mútuo, nenhum permanece o mesmo, porque os dois se engrandecem mutuamente pelo calor da presença amiga que o Espírito de Deus acalenta no coração²⁵.

Endereço do Autor:

Colégio Catarinense
Rua Esteves Júnior, 711
Cx. Postal 135
CEP 88015-130 Florianópolis, SC
E-mail: lstadelmann@hotmail.com

²⁵ O fruto da presença divina é a união fraterna sob a ação do Espírito de Deus, como ressoa no cântico: “Pois só quando vivemos unidos, é que o Espírito Santo nos vem”.